

## AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Geraldina Pôrto Witter

Os cursos e programas de Pós-Graduação constituem a base principal da formação quer de docentes universitários, quer de pesquisadores, bem como o cerne da produção científica. Basta lembrar estes aspectos para reafirmar a relevância de se cuidar da avaliação dos mesmos.

Avaliar nunca é tarefa fácil, sendo particularmente complexa quando se trata da Pós-Graduação. Isto implica na definição clara e precisa de conceitos, de critérios, de políticas de avaliação e de credenciamento de tais cursos. Mesmo tendo conseguido consenso sobre a matéria, a implementação da avaliação implica na superação de dificuldades que vão desde a elaboração dos instrumentos até as atitudes negativas e, por vezes anti-científicas, dos que negam a possibilidade da avaliação ou a temem, dos que militam contra qualquer forma de avaliação de forma aberta ou encoberta. A avaliação é parte integrante do fazer ciência, mas mesmo nos programas de Pós-Graduação, há muitos que se empenham, consciente ou inconscientemente, na expansão da anti-ciência. Às vezes este empenho aparece camuflado sob a forma de propostas de avaliações exclusivamente "qualitativas" ou "iluminativas". Em outras situações aparece como a negação pura e simples da possibilidade de se conduzir qualquer avaliação.

Quando se conseguem instrumentos confiáveis cientificamente, quando se vence as barreiras gerais já mencionadas, há ainda a enfrentar as próprias dificuldades da atividade de avaliação e as decorrências do ato avaliativo. Os dados da avaliação devem ser usados para revisar, ajustar e melhorar os programas, a produção científica e tecnológica, o desempenho de alunos e de professores, as linhas de pesquisa, a inserção da Pós-Graduação na Universidade e redirecionar sua ação face aos seus compromissos implícitos com a produção de conhecimento, a melhoria da vida, o desenvolvimento do homem e da sociedade. Embora isto seja expresso fácil e freqüentemente como parte do discurso verbal, na prática nem sempre se concretiza. Muitas vezes a avaliação toma-se fim, é feita por ser feita, e não como meio para fins mais elevados. Outras vezes pode mesmo ter suas finalidades deturpadas e servir a fins até mesmo desprezíveis, servindo a

perseguições, ao estabelecimento de privilégios. O seu uso deturpado acaba por fortalecer as atitudes negativas contra a avaliação e a anti-ciência.

Estes aspectos podem se constituir em forte barreira quer à avaliação quer aos procedimentos de credenciamento dos Programas de Pós-Graduação e não podem ser ignorados pelos responsáveis pela avaliação, não só da Pós, como da Graduação. É aspecto particularmente relevante nas Universidades onde a base cultural científica ainda não se institucionalizou; onde a tradição de pesquisa não existe e a atividade de produção de conhecimento apenas se inicia ou está circunscrita a algumas áreas. Esta é a realidade de muitas universidades brasileiras e da América Latina, onde, muitas vezes a Pós-Graduação se constitui em uma ilha, se está longe de partilhar a cultura científica geral e é difícil o diálogo da Pós com os níveis anteriores de formação. Nestes níveis estão a maioria dos docentes destas universidades e nem sempre estão em condições de aceitar, de compreender e de partilhar de uma avaliação científica envolvendo a instituição ou parte dela. É natural que nestes casos surja a resistência. Ela não pode ser ignorada no processo de avaliação.

Tecidas estas considerações iniciais é preciso focar mais diretamente a questão da avaliação da Pós-Graduação. Isto implica em definir uma série de elementos que podem ser sintetizados em resposta às seguintes perguntas: O que avaliar? Quem deve avaliar? Como avaliar? Quando avaliar? Isto sem considerar as avaliações rotineiras do processo ensino-aprendizagem que ocorrem no âmbito das disciplinas, das atividades de laboratório, da elaboração e produção de dissertações e teses. São arrolados a seguir alguns tópicos que devem ser objeto de atenção ao se buscar respostas para as questões arroladas.

No que diz respeito **ao que avaliar** é preciso lembrar que na avaliação não podem ser esquecidos os objetivos essenciais da própria Pós-Graduação enquanto espaço para formação de docentes e de pesquisadores. Neste contexto o professor-orientador é um modelo e como tal deve ser avaliado. É preciso avaliar a competência docente, como o professor é eficiente enquanto professor, se demonstra preocupação com seu aprimoramento didático, se recorre a estratégias variadas e modernas de ensino, se avalia o ensino que ministra, se pesquisa a eficiência de seu fazer docente, que atitudes e valores veicula junto ao conteúdo científico, que padrões de ética docente apresenta, que nível de interação professor-aluno e professor-professor estabelece nesta área de sua atividade. É preciso também avaliar criteriosamente a sua competência enquanto orientador, o impacto que sua ação estabelece na produção de seus orientandos, na qualidade do produto que os últimos elaboram e no envolvimento deles com as várias atividades e produções científicas. Outro aspecto a ser avaliado diz respeito às pesqui-

sas e publicações do docente. Certamente devem ser mais valorizadas as publicações científicas de dados de pesquisa, as publicações em periódicos conceituados. Entretanto é preciso reservar na avaliação um espaço para que sejam atribuídos créditos às publicações de divulgação científica nos seus vários níveis, quer para cientistas de área conexa, quer para profissionais ou mesmo leigos. Nesta mesma linha é preciso também avaliar a produção técnico-científica, tais como palestras e similares, participação em congressos e atividades congêneres, relatórios técnicos, produção artística, assessorias, bem como a participação em diretorias de associações científicas e profissionais.

O que avaliar deve incluir os programas de disciplinas, a produção por linhas de pesquisa, as condições físicas e materiais para a pesquisa em suas relações com os objetivos e metas alcançadas pela Pós-Graduação, sem esquecer também os recursos humanos de infra-estrutura, especialmente em programas para os quais laboratórios e similares são imprescindíveis. As bibliotecas e serviços de informação devem merecer destaque.

É preciso, além da avaliação individual, de interesse dos programas, fazer a avaliação global do mesmo. Além disso, onde há vários programas é preciso conduzir avaliações comparativas.

Quanto a quem deve avaliar, certamente há de se reconhecer a necessidade de dupla avaliação: interna e externa. No Brasil, está instituída a avaliação e o credenciamento feitos pela CAPES, órgão estatal federal, que coordena a avaliação feita por comitês de pares, isto é, pesquisadores de áreas de domínio conexo ou da própria área. Em relação a esta avaliação tem havido um esforço progressivo de busca de consenso envolvendo trabalho com coordenadores de Pós-Graduação e Associações de Pós-Graduação. Entretanto, há ainda um longo caminho a percorrer. Além disso, a natureza da própria avaliação, para usar os dados da mesma de forma conveniente e a própria dinâmica do desenvolvimento científico pedem que haja constantes reajustes e que a própria avaliação seja objeto de pesquisa, o que não tem ocorrido sistematicamente. Nem sempre são claros, precisos e transparentes os critérios, nem há medidas de validação, fidedignidade e precisão da avaliação feita. A busca de aperfeiçoamento do sistema de avaliação deve ser buscada na pesquisa e a CAPES deveria fazer investimentos neste sentido.

Além desta avaliação externa de caráter nacional, os próprios programas e mesmo as Universidades, quando sentirem necessidade ou quiserem aquilatar de forma mais isenta seus programas podem recorrer a avaliadores externos. Mais ainda, espera-se que pesquisadores da própria instituição ou de outras se encarreguem de produzir pesquisas de avaliação da Pós-Graduação como um todo, ou de aspectos específicos da mesma, por exemplo,

comparando dissertações e teses de dois ou mais programas, a produção docente, a produção de literatura cinza entre outras possibilidades.

Ao nível institucional espera-se que os pares avaliem a produção do docente enquanto mestre, pesquisador e orientador; que os colegiados e os órgãos competentes das IES também participem desta avaliação individual e de cada curso ou programa e da avaliação comparativa dos cursos de Pós-Graduação. Espera-se que os alunos também avaliem os aspectos da docência e da orientação.

Quanto **ao como** avaliar é primeiro necessário explicitar os critérios lembrando-se que, em países em desenvolvimento, de imediato se torna inviável estabelecer critérios a partir de parâmetros de excelência do primeiro mundo. Entretanto, para áreas mais avançadas, de maior tradição de pesquisa, é possível que tais critérios já possam ter este mesmo nível de exigência. Possivelmente, a partir de dados de pesquisas seja possível estabelecer padrões diferenciais por área de conhecimento, para estes países. Mas é preciso estimular, pesquisar e progressivamente ir sendo mais exigente, estabelecendo normas mais condizentes com o desenvolvimento alcançado.

Há muitos instrumentos e meios para conduzir tais avaliações. A maioria foi produzida e avaliada em países mais avançados. Seu uso nos países iberoamericanos requereria adaptação e pesquisas de validação que poderiam ser coordenadas e financiadas pelas agências de fomento à pesquisa ou pelos órgãos estatais responsáveis pela avaliação e credenciamento. Esta é uma área carente de pesquisa no Brasil.

A aplicação de instrumentos deste tipo deve ser feita dentro de um contexto científico, que pede cautela e pesquisa. Deve inicialmente ser setorial para posteriormente abranger a totalidade das Pós-Graduações.

Em relação **ao quando** avaliar, é de se esperar uma avaliação contínua em termos da realizada pelo próprio programa e as realizadas pelos órgãos da IES e pelos órgãos ou agências estatais ou profissionais, poderá ter periodicidade coincidente ou não, mas com média igual ou superior a dois anos, mesmo que os relatórios sejam solicitados, para fins de acompanhamento, a cada ano.

Há ainda a considerar que a avaliação tem se restringido aos cursos de mestrado e de doutorado e que deveria passar a incluir, de forma sistemática também, os cursos de especialização e de aperfeiçoamento.

É necessário que haja um envolvimento de agências financiadoras de pesquisa, dos órgãos responsáveis pela avaliação para que se possa tentar no Brasil programas de avaliação cientificamente elaborados, aplicados e analisados dentro dos parâmetros da ciência. Um teste científico com a proposta originada do **Seminário Itinerante Internacional sobre Avalua-**

**clón y Acreditación de Programas de Postgrado - SIEVA**, pode ser uma forma de melhorar ou acelerar um processo de avaliação científica unificado no país. A réplica deve ser conduzida dentro dos parâmetros da pesquisa científica e os primeiros resultados devem ser usados com cautela, até que haja aprimoramento dos instrumentos e novas aplicações sejam feitas no país. Estudo preliminar em cima do sistema de Pós-Graduação no país seria recomendável.

Trata-se de uma trajetória demorada e árdua, onde as dificuldades científicas se somarão às decorrentes das variáveis negativas referidas no início do presente trabalho. Mesmo assim, é preciso investir nesta direção.